

## PLANO DE CURSO

### Nome do Curso

*Direitos Humanos e controle de convencionalidade nos Julgamentos Eleitorais*

**Sabrina de Paula Braga**

### Mini currículo

Mestra e Doutoranda em Direito Político pela UFMG. Pesquisadora na área de Direitos Políticos, Direito Antidiscriminatório e Direitos Humanos. Servidora da Justiça Eleitoral. Assessora de gabinete no TSE. Palestrante. Docente nos cursos de Pós-Graduação do IDP e PUC-Paraná. Formadora credenciada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Foi integrante da Comissão de Promoção da Igualdade Racial do TSE. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADep.

### Link Lattes

<http://lattes.cnpq.br/9577301555003318>

## CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE

**Modalidade:** EAD/assíncrona

**Carga horária:** 2 horas-aula

**Local de realização:** Ambiente Virtual de Aprendizagem – TSE

### EMENTA

Introdução à Justiça Racial e conceitos fundamentais de raça, etnia e racismo. Análise das desigualdades raciais históricas e institucionais no sistema legal brasileiro, com foco em pessoas negras e indígenas. Estudo das barreiras institucionais e casos paradigmáticos de discriminação racial. Resoluções 598 e 599/2024 do CNJ. Hermenêutica do oprimido. Igualdade substantiva nas decisões judiciais.

### JUSTIFICATIVA

A Justiça Eleitoral, como pilar da democracia, deve atuar ativamente no combate ao racismo estrutural e institucional que permeia o sistema jurídico brasileiro. A compreensão das desigualdades históricas que afetaram negros e indígenas é fundamental para que magistrados e servidores possam identificar e superar barreiras à participação política plena desses grupos. A aplicação das Resoluções 598 e 599/2024 do CNJ e o desenvolvimento de uma hermenêutica com perspectiva étnico-racial são instrumentos essenciais para garantir a igualdade substantiva e a justiça social. Este curso capacita a pessoa participante a integrar esses parâmetros em sua atuação profissional, assegurando decisões que reflitam o compromisso democrático com a equidade racial.

### OBJETIVO GERAL

Aplicar a perspectiva étnico-racial na interpretação e na tomada de decisões judiciais no âmbito da Justiça Eleitoral, identificando mecanismos de racismo estrutural e institucional e utilizando instrumentos normativos e jurisprudenciais para a promoção da igualdade substantiva.

**PÚBLICO- ALVO**

Magistradas e magistrados no exercício da jurisdição eleitoral; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nos gabinetes; servidoras e servidores que atuam na jurisdição eleitoral nas zonas eleitorais; e estagiárias e estagiários da Justiça Eleitoral.

**VAGAS E PROCESSO SELETIVO**

Vagas ilimitadas

**PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO**

Objetivos Específicos	Conteúdo Programático	Metodologia	Carga Horária	Recursos	Avaliação
<b>Introdução à Justiça Racial: Conceitos Básicos</b> Diferenciar raça, etnia e racismo (estrutural, institucional e interpessoal); Analisar o privilégio racial no Direito; Aplicar a interseccionalidade.	Introdução à Justiça Racial: Raça como construção social; Racismo estrutural; Branquitude e privilégio; Interseccionalidade.	Vídeo-aula expositiva e material escrito pela docente.	30 min.	Texto e vídeo a serem inseridos no Moodle.	Não se aplica*
<b>Desigualdades Raciais no Sistema Legal</b> Mapear a evolução histórica da legalização do racismo no Brasil; Relacionar o legado normativo excludente com as desigualdades atuais	Desigualdades Raciais no Sistema Legal: Panorama histórico; Legalização do racismo contra negros e indígenas no Brasil.	Vídeo-aula expositiva e material escrito pela docente.	30 min.	Texto e vídeo a serem inseridos no Moodle.	Não se aplica*
<b>Barreiras Institucionais e Cases de Discriminação Racial</b> Identificar barreiras institucionais à igualdade; Avaliar casos de discriminação à luz	Barreiras institucionais; Cases de discriminação racial (CIDH); Recomendação CNJ 123/2022.	Vídeo-aula expositiva e material escrito pela docente.	30 min.	Texto e vídeo a serem inseridos no Moodle.	Não se aplica*

das Resoluções 598 e 599 do CNJ.					
<b>Perspectiva Racial na Tomada de Decisões Judiciais Executar</b> julgamentos com perspectiva étnico-racial; Integrar o controle de convencionalidade na promoção da igualdade substantiva	Perspectiva Racial nas Decisões: Julgar com perspectiva étnico-racial; Hermenêutica do oprimido; Controle de convencionalidade; Cases na Justiça Eleitoral.	Vídeo-aula expositiva e material escrito pela docente.	30 min.	Texto e vídeo a serem inseridos no Moodle.	Não se aplica*

### ATUAÇÃO DE TUTORES E TUTORAS

Promover um espaço de diálogo entre os participantes, apresentar materiais para discussão e aprofundamento sobre a matéria em debate, responder dúvidas; acompanhar as salas on-line e orientar os grupos na realização das atividades.

### ATUAÇÃO DE PARTICIPANTES

Participar das atividades, observar os avisos remetidos pela coordenação, responder a avaliação do curso e comunicar à coordenação quaisquer dificuldades.

### AVALIAÇÃO DE REAÇÃO

Ao final do curso, as/os participantes preencherão um formulário de avaliação de reação que será usado como subsídio pela EJE/TSE para identificar o nível de satisfação em relação ao conteúdo, aos objetos de aprendizagem, à navegação e à organização da sala de aula virtual.

### CRITÉRIOS PARA CERTIFICAÇÃO

O certificado de participação no curso será emitido pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral e estará disponível para download no ambiente virtual de aprendizagem. Para obtê-lo, o participante deverá assistir as videoaulas, ler os materiais e responder a avaliação de reação do curso.

### BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Selo Jurídico).

BARBOSA, Joaquim Benedito Gomes. **Ações afirmativas e o princípio constitucional da igualdade**: o Direito como instrumento de justiça social. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

BENTO, Maria Aparecida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 598, de 24 de maio de 2024.** Dispõe sobre diretrizes para a realização de julgamentos sob a perspectiva étnico-racial. Brasília: CNJ, 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução n. 599, de 24 de maio de 2024.** Estabelece parâmetros para a observância da perspectiva étnico-racial nos processos judiciais e administrativos. Brasília: CNJ, 2024.

MOREIRA, Adilson José. **Pensando como um negro: ensaio de hermenêutica jurídica antirracista.** São Paulo: Contracorrente, 2019.

MOREIRA, Adilson José. **Tratado de direito antidiscriminatório.** São Paulo: Contracorrente, 2020.

PIRES, Thula. **Direitos humanos e racismo:** uma abordagem a partir da hermenêutica do oprimido. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

SARMENTO, Daniel. **Livres e iguais:** estudos de direito constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

